

Desigualdade no Ensino Médio e o desempenho do estudante no ENEM

Aline Cristina Pinto¹, Maria Cecília Figueiredo Lopes², Renan Júnio GomesMachado³
e Sofia Moreira de Aguiar⁴

¹ UFMG/ICEX/Estatística, alinecristina3.14nto@gmail.com

² UFMG/ICEX/Estatística, maria.cecilia962@gmail.com

³ UFMG/ICEX/Estatística, renanjgm38@gmail.com

UFMG/ICEX/Estatística, sofia.aguiar42@gmail.com

⁴ **Resumo:** O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) abrange seis milhões de brasileiros ao ano. Os seus principais objetivos são ser o meio de acesso a grande parte das universidades públicas e ser um indicador para a comparação das escolas brasileiras. Há, contudo, críticas ao ENEM como indicador da qualidade escolar e do desempenho individual dos estudantes, visto que o formato do exame requer habilidades dos vestibulandos que não são necessariamente aprendidas no ensino médio, principalmente quando trata-se das escolas públicas.

Palavras-chave: ENEM, Qualidade da Educação, Desempenho Educacional, Desigualdade.

1. Introdução

O principal método para o ingresso no Ensino Superior no Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi criado em 1998 a fim de medir o desempenho dos alunos e avaliar a qualidade do ensino médio brasileiro. Em 2009, uma mudança drástica no exame ocorreu e o mesmo passou a ser o vestibular nacional para ingresso no ensino superior, sendo o único aceito pela maioria das universidades públicas brasileiras. Essa unificação do exame trouxe diversos avanços para o acesso da população a Instituições de Ensino Superior ao padronizar os métodos de avaliação e possibilitar que pessoas geograficamente distantes da universidade desejada pudessem também se candidatar. Contudo, também aumentou disparidades existentes entre escolas com mais e menos recursos, mostrando que as diferenças socioeconômicas são fatores determinantes para o bom desempenho do aluno em sua trajetória educacional. Entretanto, o que é necessário não é a igualdade de aprendizado de todos os indivíduos, o que deseja-se é a igualdade dos diferentes grupos. Desta forma, para analisar com sucesso as políticas educacionais e o acesso da população ao ensino superior é necessário que as disparidade de condições seja colocada no cerne da discussão.



Neste trabalho iremos discutir esses impactos negativos do exame no acesso ao ensino superior no Brasil, sendo um exame que não reflete a realidade da maioria das escolas de ensino médio brasileiras. O ENEM, em seu modelo atual, requer do vestibulando habilidades que, sem o preparo específico, prejudicam muito seu desempenho, como a capacidade de conseguir realizar uma prova extremamente longa com um método de correção e pontuação sofisticado, o TRI, e escrever uma redação de formato quase exclusivo do exame, mesmo que exista o domínio do conteúdo requerido pelo edital.

2. Dos Fatos

O ENEM, diferente de vestibulares locais, permite que alunos de diferentes regiões e estados do Brasil possam concorrer a vagas em universidades de todo o país. Desta forma, permite que alunos de regiões remotas e menos desenvolvidas possam ter acesso às melhores instituições de ensino superior, que de acordo com o Ranking Universitário Folha, estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul. Entretanto, essa característica do ENEM, normalmente vista como um ganho na democratização do acesso ao ensino universitário, tem um efeito geral contrário de acordo com Silveira, Barbosa, Silva (2015). Utilizando PIB como principal medidor de riqueza, a mobilidade entre estados é maior de estados mais ricos para os mais pobres. Além disso, as vagas nas universidades dos seis estados com mais ricos (SP, RJ, MG, RS, PR e BA, em ordem decrescente de PIB) são ocupadas majoritariamente por pessoas desses mesmos estados mais ricos. Ainda de acordo com Silveira, Barbosa, Silva (2015), é possível também relacionar o grau de riqueza dos estados com o nível socioeconômico dos vestibulandos analisados, demonstrando que a possibilidade de mobilidade entre estados pelo ENEM beneficia vestibulandos de maior grau socioeconômico, dificultando que alunos de regiões mais pobres ocupem as vagas de ensino superior do próprio estado. Pode-se concluir portanto, que tal característica do ENEM agrava desigualdades econômicas e regionais no acesso ao ensino superior. Em seu artigo, Barros (2014) analisa os vestibulares através da história do Brasil, salientando como no início do século XX estes eram utilizados para barrar o crescimento do número de alunos de ensino superior no Brasil e também como um exame “de habilitação”, a fim de verificar se o indivíduo possui os conhecimentos

necessários para cursar o ensino superior. Nos anos posteriores até hoje, a ideia de “habilitação” se manteve e moldou a maneira que os vestibulares são feitos para selecionar alunos. O ENEM, atual principal método de ingresso no ensino superior, contudo, não foi idealizado pensando em assumir este papel, tendo dessa maneira muitas falhas. Estas são de acordo com Barros (2014 apud MACHADO, 2012): Prova excessivamente longa, com 45 questões em cada área do conhecimento; Enunciados extensos, requerendo muita leitura durante a prova; Uso do sofisticado TRI, cujas limitações impossibilitam o sucesso do método. As falhas apresentadas por Barros são fundamentalmente relacionadas a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que não prevê que o estudante durante sua trajetória curricular treine tais habilidades a fim de seu sucesso no exame.

3. Metodologia

Foi utilizado para este artigo uma coletânea de artigos publicados e dados publicado pelo INEP com a finalidade de analisar os aspectos gerais do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) através de um estudo sobre a desigualdade dentro do ensino brasileiro, partindo de uma revisão bibliográfica composta por autores e estudiosos do tema. A finalidade é explicitar o papel da desigualdade nos resultados do exame. Para isso, a pesquisa será baseada em estudos de autores, como por exemplo, Barros (2014), Silveira, Barbosa, Silva (2015) e Todos pela Educação (2018) entre outros pensadores que elaboraram artigos pertinentes ao assunto. Assim sendo, o presente artigo transcorreu a partir do método conceitual-analítico, visto que utilizaremos conceitos e ideias de outros autores, que também analisaram as desigualdades no ensino brasileiro e o acesso ao ensino superior, para a construção de uma análise científica sobre o nosso objeto de estudo. O método de pesquisa escolhido favorece uma liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir várias posições no decorrer do percurso, não obrigando atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto.

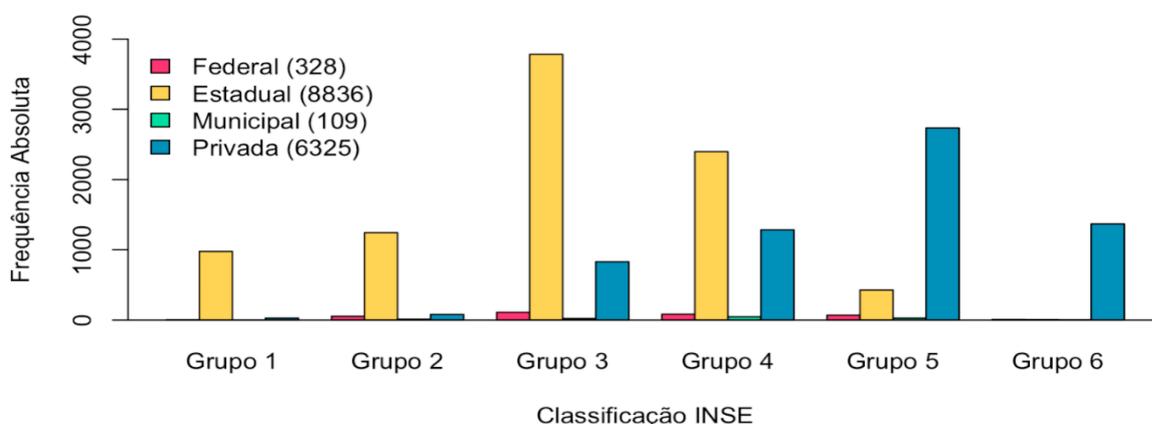
4. Análise e Interpretação dos Dados

A fim de acompanhar a qualidade de ensino no Brasil, o INEP, em 2015, desenvolveu o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), com a finalidade de contextualizar o desempenho das redes de ensino em exames realizados pelo mesmo, visto que,

analisando produções como as de Bourdieu, o desempenho escolar está relacionado, também, a fatores sociais, econômicos e culturais.

Partindo disso, o INSE foi calculado através de dados dos questionários contextuais respondidos pelos estudantes nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e disponibilizado, pelo INEP, nos microdados do ENEM por Escola (Edição 2015) em 6 categorias, sendo o Grupo 1 contemplando as escolas com INSE médio mais baixo enquanto o Grupo 6 o mais alto.

Gráfico 1 - INSE por dependência administrativa (ENEM 2015)
INSE (Indicador de Nível Socioeconômico) por tipo de Escola (2015)



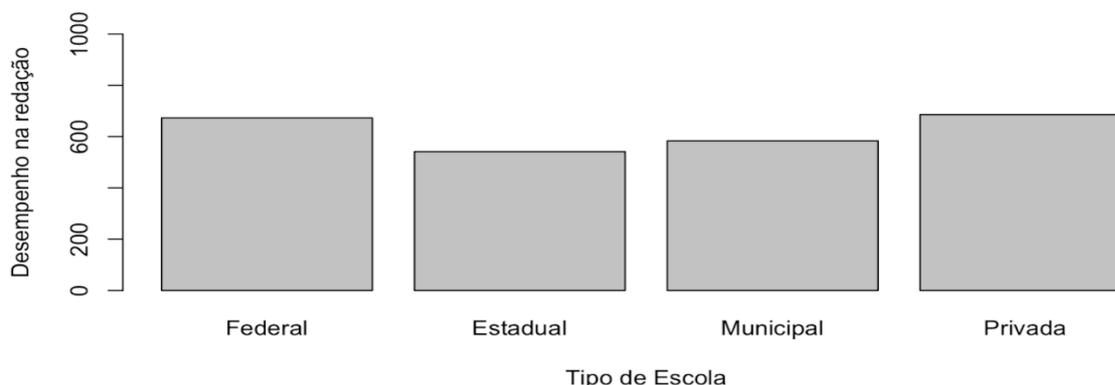
O Gráfico 1, feito pelo grupo a partir dos dados disponibilizados pelo INEP, apresenta o INSE das escolas de acordo com o seu tipo (dependência administrativa). Pode-se observar que, de forma geral, as escolas privadas situam-se nos grupos de maior INSE médio enquanto as escolas públicas (Estaduais e Municipais) nos menores, evidenciando a realidade brasileira quanto a qualidade de ensino.

No ENEM, o resultado dessa disparidade pode ser observado pela média das escolas nas competências da prova. Para os dados a seguir, foram considerados a média por dependência administrativa das médias por escola disponibilizadas pelo INEP para as escolas do Sudeste que possuíam o número de participantes entre 90 e 400 alunos. Para o cálculo de proficiência média da Redação por escola foi utilizada a média simples dos estudantes participantes da escola.

$$M = \sum_{i=0}^N Mi / N$$

Onde: M é a proficiência média da Redação;
 Mi é o desempenho do i-ésimo estudante na Redação;
 N é o número de estudantes que fizeram a Redação, obtendo proficiências superiores a 0 (zero).

Gráfico 2 - Média de Redação por dependência administrativa – Sudeste
Média de notas de Redação (2015) por tipo de escola - Região Sudeste



O Gráfico 2, também elaborado pelo grupo a partir dos dados do INEP, apresenta a média de notas da Redação por cada tipo de escola. Mais uma vez, como esperado, escolas privadas possuem uma média maior comparadas a escolas públicas estaduais e municipais. Relacionando essas médias ao INSE, podemos visualizar com mais precisão como as condições socioeconômicas são fatores decisivos no desempenho do aluno no exame. Ademais, é importante salientar que o jovem que recebe uma educação pública, além de não conseguir ingressar na faculdade pública que atualmente sua principal forma de ingresso é pelo Enem que possui altos níveis de exigência tem uma deficiência no aprendizado não aprendendo o que é previsto pela base curricular. Os dados apresentados pelo site Todos pela Educação (2018) embasados em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2012 a 2018 (Pnad-C/IBGE) revela que somente 63,5% dos jovens de 19 anos já concluíram o Ensino Médio, essa taxa é muito baixa e tem crescido pouco (impulsionada pela diminuição da população em idade escolar), revelando as dificuldades presentes na etapa. esses dados somados aos evidenciado pelo Inaf (2018) que mostra que 13% das pessoas que concluem o ensino médio são analfabetos funcionais. Com essa breve análise se ve que o Enem não é o único culpado de fomentar a desigualdade e sim a falta de estrutura da educação pública brasileira. Fardam muitas vezes seus estudantes a Procurarem outros métodos de ensino complementar para conseguirem o acesso ao ensino superior pois ele por si só não consegue cumprir seu objetivo principal e seus usuários acabam não aprendendo o que se deve aprender,e viram cidadãos de “segunda classe” em tudo, seja em oportunidade ou até em sua inserção cultural. Outro fator é que se o outro grupo aprendeu mais que outro esse vai ser privilegiado, na sociedade este vai possuir melhores oportunidade.

5. Conclusão

Durante este artigo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi analisado



criticamente a fim de correlacionar o ENEM e as desigualdades existentes ao acesso ao ensino superior, a fim de contribuir com a evolução e melhora do exame e maior democratização ao acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A partir desta análise, foi exposta a forte correlação entre o grau socioeconômico do vestibulando e seu desempenho no ENEM, como pode ser visto na análise de dados deste trabalho. Esta correlação é especialmente perversa pois alunos de baixo grau socioeconômico terão maiores dificuldades de competir com seus pares com mais recursos, dificultando a mobilidade e ascensão social. Portanto, o sistema de cotas estabelecido para o ingresso nas IFES em 2012 é de extrema importância e não deve ser a única ferramenta do exame para amenizar tais desigualdades. Várias habilidades exigidas pelo ENEM, citadas pelo presente artigo, ainda são extremamente específicas e requerem treinamento específico, não sendo parte do Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, o INEP deve, junto com a comunidade científica, realizar constantes melhorias no ENEM e buscar primordialmente a democratização do acesso ao ensino superior.

Referências

- BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Vestibular e Enem: um debate contemporâneo. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 22, n. 85, p. 1057-1090, 2014. FOLHA DE SÃO PAULO. Ranking de universidades. 2019. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Microdados do Enem por Escola. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 04 out. 2020.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) (Brasil). Base Nacional Comum Curricular Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 01 set. 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) (Brasil). Ministério da Educação. O que é TRI?2011. Elaborado pela Assessoria de comunicação do Inep/MEC. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-tri/21206. Acesso em: 20 set. 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) (Brasil). Ministério da Educação. Enem Histórico. 2019. Elaborado pela Assessoria de comunicação do Inep/MEC. Disponível em: <http://inep.gov.br/enem/historico>. Acesso em: 20 set. 2020.
- PEM. Instituto Paulo Montenegro: ação social do IBOPE. Indicador de Analfabetismo Funcional: INAF Brasil 2018 –resultados preliminares. INAF Brasil, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view>. Acesso em: 20 set. 2020.
- SILVEIRA, Fernando Lang da; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; SILVA, Roberto da. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 37, n. 1, p. 1101, 2015.
- SEVERINO, Antônio J. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 65-71, 2000.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO (org.). 4 MONITORAMENTO: meta: todo jovem de 19 anos com o ensino médio concluído. Brasil: Todos Pela Educação, 2018. 20 slides, color. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/128.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.